

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital n. 01/2011

PROVIMENTO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.

Elas fazem parte da sua prova

Este caderno contém a **Prova Objetiva de Seleção** abrangendo as matérias de **Registros Públicos, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal, Direito Tributário, Direito Comercial, Direito Administrativo e Constitucional e Conhecimentos Gerais.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, seu número de inscrição e o cargo de opção;
 - assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.
-

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
 - preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
 - assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
-

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

O tempo de duração da prova abrange, inclusive, o tempo necessário para a transcrição das respostas do caderno de provas para a **Folha de Respostas**.

ATENÇÃO - Nos termos do Edital n. 01/2011, "Será eliminado do Concurso o candidato que [...] **portar arma(s) [...]; portar, mesmo que desligados [...]** qualquer equipamento eletrônico, como **relógio digital [...]** **telefone celular [...]** entre outros". (Item 27, alíneas "e" e "f")

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: CINCO HORAS



Fundação de
Desenvolvimento
da Pesquisa

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **100 (cem) questões de múltipla escolha** — cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** —, assim distribuídas: **20 (vinte) questões de Registros Públicos, 15 (quinze) questões de Direito Civil, 15 (quinze) questões de Direito Processual Civil, 10 (dez) questões de Direito Penal e Processual Penal, 13 (treze) questões de Direito Tributário, 15 (quinze) questões de Direito Comercial, 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Constitucional e 2 (duas) questões de Conhecimentos Gerais.**

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.S^a não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

➤ **REGISTROS PÚBLICOS**

- **Registro de Imóveis**

Questão 1

A Cédula de Crédito Imobiliário, criada pela Lei n. 10.931/04, deverá ser averbada na matrícula do imóvel, contendo os seguintes dados:

- A) o valor, o prazo e os juros.
- B) o credor e o devedor.
- C) o credor, o devedor e a garantia.
- D) o número, a série e a instituição custodiante.

Questão 02

Considerando as formas de alienação e de concessão de terra devoluta, nos termos do Decreto n. 34.801/93, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Alienação por preferência
- B) Legitimação de posse
- C) Concessão de direito real de uso
- D) Comodato gratuito pelo prazo de cinco anos

Questão 03

Analise as seguintes afirmativas sobre o processo de Retificação Administrativa de Área previsto no Art. 213 da Lei de Registros Públicos.

- I. O prazo máximo para manifestação do confrontante notificado pelo Oficial do Registro de Imóveis é de 15 (quinze) dias.
- II. Havendo impugnação de qualquer confrontante, o Oficial encerrará imediatamente o processo de Retificação Administrativa de Área e remeterá as partes ao judiciário.
- III. Versando a Retificação Administrativa de Área sobre imóvel rural, além dos requisitos legais previstos no art. 213 da LRP, o Oficial requer ainda que seja apresentado o comprovante de pagamento do CCIR, bem como dos três últimos ITR's e Certidão Negativa de Débitos do INSS.
- IV. Havendo dúvida do Oficial quanto à situação do imóvel em face dos confrontantes, o mesmo deverá realizar diligência no local do imóvel objeto do procedimento.

A análise permite concluir que

- A) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- B) somente a afirmativa III está incorreta.
- C) todas as afirmativas estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 04

A Lei n. 6.015/73, em seu artigo 167, define as atribuições do Registro de Imóveis e estabelece um rol taxativo de procedimentos a serem praticados nas Serventias.

Considerando os procedimentos relativos a **atos de Registro** elencados nesse artigo, analise as seguintes alternativas e assinale a que apresenta **INCORREÇÃO**.

- A) As servidões em geral, a enfiteuse, a permuta, a doação, a arrematação e a adjudicação em hasta pública, os loteamentos urbanos e rurais, as convenções antenupciais, os contratos de penhor rural, as incorporações, instituições e convenções de condomínio.
- B) Os loteamentos urbanos e rurais, as servidões em geral, a enfiteuse, a permuta, a doação, o contrato de locação para os fins de exercício do direito de preferência, as convenções antenupciais, os contratos de penhor rural, as incorporações, instituições e convenções de condomínio.
- C) As servidões em geral, a enfiteuse, a permuta, a doação, a arrematação e a adjudicação em hasta pública, os loteamentos urbanos e rurais, as sentenças declaratórias de usucapião, a compra e venda pura e a condicional, as convenções antenupciais, os contratos de penhor rural, as incorporações, instituições e convenções de condomínio.
- D) As incorporações, instituições e convenções de condomínio, as servidões em geral, a enfiteuse, a permuta, a doação, a arrematação e a adjudicação em hasta pública, os loteamentos urbanos e rurais, as citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis, as penhoras de imóveis.

- **Registro Civil das Pessoas Naturais**

Questão 5

São requisitos que deverão constar no assento de óbito, **EXCETO**

- A) o lugar do falecimento, com indicação precisa.
- B) o lugar do sepultamento, com o dia e a hora precisos.
- C) se era eleitor.
- D) se faleceu com testamento conhecido.

Questão 6

Em que lugar serão registradas as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal?

- A) No lugar onde ocorreu o parto.
- B) No lugar de residência da genitora.
- C) No lugar escolhido pelos pais.
- D) No lugar de residência do interessado.

Questão 7

No caso de ter a criança morrido na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, indique o(s) livro(s) que deverá(ão) ser usado(s) para o registro.

- A) Livro C Auxiliar
- B) Livro A e Livro C Auxiliar com remissões recíprocas
- C) Livro A e Livro C Auxiliar sem remissões recíprocas
- D) Livro A e Livro C com remissões recíprocas

Questão 8

A contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo de casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão no prazo de

- A) 15 dias.
- B) 20 dias.
- C) 30 dias.
- D) 10 dias.

- **Tabelionato de Notas**

Questão 9

Em relação ao reconhecimento de firma em autorizações para viagens de menores ao exterior, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) O reconhecimento deverá ser feito por semelhança do pai, se o menor viajar somente em companhia da mãe, ou vice-versa.
- B) O reconhecimento de firma deverá ser feito por semelhança de um dos genitores, caso o menor viaje em companhia do outro, ou mesmo, desacompanhado.
- C) O reconhecimento de firma deverá ser feito por semiautenticidade do pai, se o menor viajar com a mãe ou vice-versa.
- D) O reconhecimento de firma deverá ser feito por autenticidade dos pais, se o menor viajar desacompanhado.

Questão 10

A respeito da Atividade Notarial, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Caberá ao Tabelião aconselhar, com imparcialidade e independência, os interessados, instruindo-os sobre a natureza e as consequências do ato que pretendem praticar.
- B) O Tabelião, como autor do instrumento público, está vinculado a minutas que lhe sejam submetidas, podendo apenas revisá-las.
- C) A competência territorial do Tabelião é limitada à circunscrição para a qual tiver sido nomeado.
- D) O Tabelião guardará sigilo não só sobre os fatos referentes ao ato jurídico, mas também em relação a confidências dos interessados.

Questão 11

Recolhe-se ITBI nas seguintes escrituras:

- A) compra e venda e divisão.
- B) cessão de direitos hereditários e venda da meação.
- C) incorporação e desmembramentos.
- D) compra e venda e doação.

Questão 12

A respeito dos traslados e certidões, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) O traslado é a primeira cópia integral e fiel da escritura pública extraída com a mesma data.
- B) O Tabelião não poderá certificar, em relatório, a ocorrência ou inoocorrência de fatos, a realização ou a negativa de atos, em razão de seu ofício.
- C) Certidão é cópia integral ou resumida de escrito existente em livro ou arquivo do cartório.
- D) O traslado e a certidão integral podem ser extraídos por meio reprográfico, certificando-se a fidelidade da cópia ao original, indicada a localização do texto reproduzido.

- **Registro de Títulos e Documentos**

Questão 13

Um contrato de parceria agrícola, datado de 1º de abril de 2011, devidamente assinado pelas partes e testemunhas, tem seu registro efetivado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos e entregue ao apresentante no dia 17 de abril do mesmo ano.

Esse contrato tem efeito contra terceiros a partir de

- A) 01/04/2011.
- B) 19/04/2011.
- C) 18/04/2011.
- D) 17/05/2011.

Questão 14

Com relação ao cancelamento de Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Pode ser feito por sentença judicial.
- B) Documento com assinatura da parte interessada.
- C) Certificação pelo Oficial na coluna de averbação do livro respectivo.
- D) Quando não houver espaço para cancelamento na coluna das averbações, será feito novo registro, na coluna própria.

Questão 15

Em relação à atuação do Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Será responsável pelos danos decorrentes de anulação de registro, ou averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento.
- () Será responsável pelos danos decorrentes de erros e vícios no processo de registro.
- () Poderá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.
- () Não poderá suscitar dúvidas junto ao Juiz Corregedor.

Assinale a alternativa que represente a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 16

O Oficial de Registro de Pessoa Jurídica, quando realiza uma notificação em seus registros, deverá lançar o selo-padrão na notificação a ser entregue ao apresentante. Se for apresentada uma notificação para duas pessoas notificadas, quantos selos-padrão deverão ser colados na notificação?

- A) Um (01) selo-padrão.
- B) Dois (02) selos-padrão.
- C) Três (03) selos-padrão.
- D) Quatro (04) selos-padrão.

- **Pessoas Jurídicas**

Questão 17

Para efeito de cobrança de registro de estatuto social no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas,

- A) deve-se tomar por base o número de páginas existentes no contrato social.
- B) deve-se tomar por base a existência ou não de conteúdo financeiro.
- C) cobra-se valor único para qualquer tipo de estatuto social.
- D) cobra-se pelo registro, pela matrícula e pelo processamento do estatuto.

Questão 18

Analise a seguinte proposição.

No Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (CRCPJ), os selos de arquivamento deverão ser afixados

- I. nos documentos que ficarem arquivados no Cartório.
- II. no verso do estatuto social a ser entregue para a parte.
- III. na petição que deu origem ao registro competente.

A análise permite concluir que completa **corretamente** o enunciado

- A) apenas o item I.
- B) apenas o item II.
- C) apenas o item III.
- D) nenhum dos itens, pois não é devido arquivamento em C.R.C.P.J.

Questão 19

São obrigações do Oficial de Pessoas Jurídicas, **EXCETO**

- A) suscitar dúvidas para o Juiz Corregedor, quando os atos constitutivos de Pessoas Jurídicas revelarem atividades ilícitas, nocivas ou perigosas à ordem pública ou social.
- B) arquivar e encadernar, com índices que facilitem a busca, todos os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações.
- C) inscrever as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, inclusive as anônimas.
- D) registrar jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias.

Questão 20

Em relação ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, analise as seguintes informações e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Livro A, para os fins indicados nos números I e II do art.114 da Lei n. 6015/73, com 300 fls.
- () Livro B, para registro de atos constitutivos de fundações, com 150 fls.
- () Livro B, para matrícula de oficinas impressoras, jornais, periódicos e empresa de radiodifusão, com 150 fls.
- () Livro C, para registro de atos constitutivos, estatutos de sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, com 300 fls.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (F) (V)
- B) (V) (V) (F) (F)
- C) (V) (F) (V) (F)
- D) (V) (F) (F) (V)

➤ DIREITO CIVIL

Questão 21

A respeito dos direitos da personalidade, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Os direitos da personalidade são absolutos e oponíveis *erga omnes*.
- B) Ao natimorto não são garantidos os direitos da personalidade.
- C) O morto resguarda alguns direitos da personalidade na medida em que pode ser ressarcido por danos morais.
- D) Os direitos da personalidade são indisponíveis.

Questão 22

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
- B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- C) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- D) Perdem o caráter de bens imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio.

Questão 23

A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O plano de existência dos negócios jurídicos é formado por quatro elementos: manifestação de vontade, agente, o objeto e a forma. Na ausência de qualquer um desses elementos, o negócio jurídico é nulo.
- B) Quando o negócio jurídico é inexistente, é impossível acionar o Judiciário para declarar a sua inexistência.
- C) O negócio jurídico é nulo quando ele lesa uma norma cogente de ordem pública. Por sua vez, o negócio jurídico é anulável quando fere direitos disponíveis de ordem particular. O que define o que é questão de ordem pública ou particular é a política legislativa do Estado. Por exemplo, no Código Civil de 1916, a simulação era causa de anulabilidade. Hoje, com a disciplina do Novo Código, a simulação tornou-se causa de nulidade.
- D) A manifestação de vontade livre emitida por pessoa capaz é elemento que integra o plano de existência dos negócios jurídicos já que, uma vez ausente a manifestação livre e de boa fé, o negócio jurídico não existe. É o caso da coação física em que a vontade é neutralizada.

Questão 24

Sobre a prescrição e a decadência, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O devedor não pode mais renunciar à prescrição que deverá ser pronunciada de ofício pelo juiz, a teor do art. 219, parágrafo 5º do CPC, independentemente da vontade deste.
- B) A prescrição extingue a pretensão de direito material e o direito de ação.
- C) A prescrição está ligada às ações condenatórias; já a decadência está relacionada às ações constitutivas e desconstitutivas de direito.
- D) As ações declaratórias, por serem direitos pessoais, estão sujeitas ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos, de acordo com o disposto no art. 205 do Código Civil.

Questão 25

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Quando o terceiro não interessado paga dívida em seu próprio nome, ele vai ter direito de reembolso em face do devedor.
- B) A dação *pro solvendo* é uma forma de pagamento que extingue a obrigação mediante a entrega de prestação diversa da que restou acordada entre as partes, com a anuência do credor.
- C) O devedor não pode se opor ao pagamento da sua dívida por terceiros, uma vez que se deve privilegiar o cumprimento da obrigação, por quem quer que seja.
- D) Para operar-se de pleno direito a novação subjetiva passiva, é necessário que haja uma renegociação também quanto ao objeto, na medida em que, se não restar criada nova obrigação, não houve intenção de novar.

Questão 26

Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O ato ilícito é elemento indispensável à configuração da responsabilidade civil.
- B) Nos casos de inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito, é necessário que o autor prove a implementação de todos os elementos da responsabilidade civil (conduta do agente, nexo de causalidade e dano), para que lhe seja reconhecido o direito à reparação pecuniária dos danos morais sofridos.
- C) Um único comportamento humano pode ser um ilícito civil, penal e administrativo ao mesmo tempo.
- D) O Superior Tribunal de Justiça, em uma decisão recente e eminentemente política, firmou o entendimento de que é possível incidir sobre o valor da indenização recebida a título de reparação por danos morais ou materiais, o imposto de renda, mediante retenção na fonte.

Questão 27

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, independentemente de interpelação extrajudicial. No Código de Defesa do Consumidor, referida cláusula apresenta uma condicionante e exige a sua interpelação para permitir ao consumidor optar pela resolução ou manutenção do vínculo contratual.
- B) A rescisão contratual opera o desfazimento do contrato em razão da inadimplência de qualquer das partes.
- C) A cláusula penal pode ser estipulada sob a forma de arras, bastando que reste consignado que serão pagas de forma antecipada.
- D) Os juros moratórios, se não forem convencionados ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, chamados juros legais, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, qual seja, a de 1% ao mês.

Questão 28

Sobre a doação, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Ao doador é vedado estipular cláusula que assegure que os bens doados voltem ao seu patrimônio, caso ele sobreviva ao donatário, na medida em que, no momento do falecimento do donatário, o bem doado passa imediatamente a integrar o seu respectivo próprio espólio.
- B) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de operada a doação.
- C) A doação pode ser revogada se o donatário, em tendo condições de fazê-lo, negou-se a prestar ao doador o pagamento de alimentos de que necessitava.
- D) A revogação da doação por ingratidão transmite aos herdeiros do doador, que seriam aqueles que teriam interesse na devolução do bem ao patrimônio do doador falecido, para fins de direitos sucessórios.

Questão 29

A respeito da POSSE, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Frederich Carl Von Savigny, na sua obra Tratado da Posse, identificou a existência de dois elementos que compõem a posse: o *corpus* e o *animus*. Segundo essa teoria, posteriormente conhecida como teoria subjetiva da posse, o *corpus* era o poder físico do agente sobre a coisa, a atuação material deste agente sobre o bem possuído. Por sua vez, o *animus* era a vontade do possuidor de ter a coisa como sua, a intenção de ser dono, elemento manifestamente psíquico, volitivo.
- B) Desenvolvida por Rudolf Von Ihering, a teoria objetiva da posse também analisa a posse sobre os elementos do *corpus* e do *animus*. Mas, para este civilista, o *corpus* não exige o poder físico sobre a coisa consistindo apenas na exteriorização da propriedade, bastando que o possuidor dê à coisa uma destinação econômica. Por sua vez, o *animus* não se consubstancia na vontade psíquica sobre a coisa, já que o elemento volitivo não tem importância. O *animus* traduz a vontade de se tornar visível como proprietário, é a conduta do agente que deve agir como se proprietário fosse.
- C) O Código Civil Brasileiro adotou a teoria subjetiva da posse, em todos os aspectos, na medida em que exige para a aquisição da propriedade por meio da usucapião, a presença indispensável do *animus domini*.
- D) É cabível a modificação do título da posse – *interversio possessionis* – na hipótese em que o até então possuidor direto demonstrar ato exterior e inequívoco de oposição ao antigo possuidor indireto, tendo por efeito a caracterização do *animus domini*.

Questão 30

Na seara do direito de propriedade, é **CORRETO** dizer que

- A) ação de dano infecto é um instrumento processual destinado à proteção dos direitos de vizinhança, em que é possível exigir do vizinho a demolição do seu prédio em ruínas que esteja oferecendo risco a sua propriedade.
- B) passagem forçada constitui direito real sobre coisa alheia.
- C) a regra do art. 1.301 do CC que impede a abertura de janelas, eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho, abrange a construção de solário, que também acaba por devassar a privacidade do imóvel contíguo.
- D) o proprietário que não esteja cumprindo a função social da propriedade perde-a imediatamente.

Questão 31

São direitos reais:

- A) a propriedade, a superfície, o penhor e a fiança.
- B) a habitação, a hipoteca, o uso e a anticrese.
- C) as servidões, o direito de construir, o usufruto e a hipoteca.
- D) o penhor, a habitação, o usufruto e a passagem forçada.

Questão 32

Estão sujeitos a registro público, **EXCETO**

- A) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- B) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- D) as sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.

Questão 33

Considerando as garantias do CDC, é **INCORRETO** afirmar

- A) que se considera prática abusiva condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço.
- B) que, uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e não pode ser alterado.
- C) que o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial.
- D) que são nulas de pleno direito as cláusulas que determinem a utilização compulsória da arbitragem.

Questão 34

Sobre adoção, especificamente no que tange aos seus efeitos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O registro original do adotado é cancelado depois do registro da sentença judicial que declarar a adoção.
- B) Nenhuma observação sobre a origem do adotado poderá constar do novo registro.
- C) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica após completar 18 (dezoito) anos.
- D) A morte dos adotantes pode restabelecer o poder familiar dos pais naturais.

Questão 35

Sobre o direito de sucessões, é **CORRETO** afirmar

- A) que são herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, o cônjuge e o companheiro ou companheira.
- B) que a nova lei do inventário administrativo pode ser aplicada imediatamente a todos os inventários em curso, desde que presentes os requisitos legais.
- C) que se admite, tanto a aceitação, quanto a renúncia da herança em parte, sob condição ou a termo.
- D) que, quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.

➤ DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 36

Analise o seguinte enunciado.

O nosso Código de Processo Civil adotou como regra o princípio dispositivo ou princípio da iniciativa da parte, também denominado inércia na jurisdição, conforme arts. 2º e 262, primeira parte do CPC, porém, na reforma processual, adotou-se o ativismo judicial, no qual o juiz pode, independentemente de pedido das partes, decidir sobre:

- I. prescrição, juros de mora e correção monetária.
- II. prescrição, juros remuneratórios e honorários advocatícios.
- III. prescrição, juros moratórios e honorários advocatícios.
- IV. prescrição, juros moratórios, correção monetária e honorários advocatícios.

A partir da análise, podemos afirmar que

- A) todos os itens estão corretos.
- B) nenhum dos itens está correto.
- C) apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) apenas os itens I, III e IV estão corretos.

Questão 37

Os princípios devem ser analisados como normas que se aplicam de acordo com um juízo de adequabilidade. Na legislação processual, os princípios fundamentais devem ser relativos ao processo e ao procedimento.

A esse respeito, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () É assegurado aos cidadãos o direito ao processo como uma das garantias constitucionais.
- () Não obstante seja assegurado o benefício de assistência judiciária para aqueles que não podem arcar com os gastos do processo, o principal consectário do tratamento igualitário se realiza pelo princípio do contraditório.
- () Das garantias do juiz natural e do contraditório decorrem alguns subprincípios aplicáveis à instauração do processo e julgamento da causa, como os que são denominados princípio da demanda e princípio da congruência.
- () O princípio do contraditório deve harmonizar-se com os outros princípios processuais, sob pena de cerceamento de defesa.
- () Se o interesse em conflito é das partes, podem elas renunciar a sua tutela, como podem renunciar a qualquer direito patrimonial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (V) (V) (V)
- B) (V) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (V) (F)

Questão 38

João, residente em Paracatu, perdeu a nota promissória emitida por José, residente em Patos de Minas, e ajuizou ação anulatória de título extraviado, sendo competente o foro

- A) do domicílio do devedor, por se tratar de ação de anulação de título extraviado.
- B) do domicílio do autor, por ser o credor e o detentor do título.
- C) do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita.
- D) do lugar onde foi extraviado o título.

Questão 39

Em relação à competência, é **CORRETO** afirmar

- A) que, nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidentes de veículo, é competente o foro do domicílio do réu ou do local do fato.
- B) que a competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes, mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.
- C) que, nas ações em que o autor for o administrador ou gestor de negócios, é competente o foro do lugar do fato.
- D) que, nas ações em que se pedem alimentos, a competência é do foro do domicílio ou da residência do alimentante.

Questão 40

Em sede de antecipação de tutela, é **INCORRETO** afirmar

- A) que a tutela antecipada não poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- B) que a tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- C) que, concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
- D) que, na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

Questão 41

Francisco ajuizou ação indenizatória em face da Construtora Brasil Ltda., com sede e domicílio em São Paulo, e do Banco do Brasil S/A e desistiu da ação em relação ao Banco do Brasil que ainda não tinha sido citado. O prazo para resposta da Construtora Brasil Ltda. será contado a partir

- A) do primeiro dia útil após a citação.
- B) da data de juntada do mandado de citação.
- C) da data da devolução da carta precatória.
- D) da data da intimação do despacho que deferir a desistência.

Questão 42

Sobre a prova testemunhal, é **CORRETO** afirmar que, depois de apresentado o rol de testemunhas, no prazo previsto no art. 407 do CPC, a parte

- A) pode requerer sua substituição, por ter perdido o contato com a testemunha.
- B) pode requerer sua substituição, por ter encontrado outra testemunha que melhor sabe declarar sobre os fatos.
- C) só pode substituir a testemunha que falecer, estiver enferma sem condições de depor e, tendo mudado de residência, não for encontrada pelo oficial de justiça.
- D) pode requerer sua substituição, ao ter conhecimento de que a testemunha está impedida de prestar depoimento.

Questão 43

Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis. Na legislação processual vigente, há um rol dos bens considerados absolutamente impenhoráveis.

Considerando esse rol de bens, analise os seguintes itens e assinale com **V** os **verdadeiros** e com **F** os **falsos**.

- () O seguro de vida
- () A quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40(quarenta) salários mínimos
- () Os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, os ganhos do trabalhador autônomo, os honorários de profissional liberal para o pagamento de prestação alimentícia
- () Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político
- () Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (F) (F) (V)
- C) (V) (V) (F) (V) (V)
- D) (F) (V) (V) (F) (F)

Questão 44

É **CORRETO** afirmar que a expropriação consiste em

- A) adjudicação em favor do exequente, alienação por iniciativa particular e em hasta pública e usufruto de bem móvel ou imóvel.
- B) adjudicação em favor do exequente, alienação em hasta pública, usufruto de bem móvel ou imóvel e arrecadação.
- C) adjudicação em favor do exequente, alienação em hasta pública e usufruto de bem móvel ou imóvel.
- D) adjudicação em favor do exequente, arrematação e usufruto de bem móvel ou imóvel.

Questão 45

Carlos Eduardo ajuizou ação cominatória em face do Hospital Santa Catarina, cuja tutela antecipada foi indeferida e dessa decisão foi interposto agravo de instrumento, o qual não foi admitido, por ausência do requisito de admissibilidade, previsto no art. 526 do CPC, que se refere ao Agravante deixar de

- A) juntar, aos autos do processo, no prazo de 03(três) dias, a cópia da petição de agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, bem como da relação dos documentos que instruíram o recurso.
- B) juntar, aos autos do processo, no prazo de 03(três) dias, a cópia da petição de agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição do recurso.
- C) comunicar ao juízo, no prazo de 03(três) dias, a interposição do recurso, comprovando a sua interposição.
- D) comunicar ao juízo, no prazo de 03(três) dias, a interposição do recurso.

Questão 46

O reconhecimento da fraude à execução

- A) depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- B) depende do registro da penhora e se, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.
- C) não depende do registro da penhora, mas se, ao tempo da alienação ou oneração, pendia ação fundada em direito real.
- D) não depende do registro da penhora, mas se, ao tempo da alienação ou oneração, pendia ação fundada em direito pessoal.

Questão 47

De acordo com o art. 659 § 4º do Código de Processo Civil, para inscrição da penhora no registro imobiliário,

- I. deverá ser apresentado um mandado judicial.
- II. deverá ser apresentada autorização judicial.
- III. basta a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.

A análise permite concluir que completa(m) **corretamente** o enunciado

- A) apenas o item III.
- B) apenas os itens I e II.
- C) nenhum dos itens.
- D) todos os itens.

Questão 48

Não requerida a adjudicação do imóvel pelo exequente e não realizada a alienação particular do bem penhorado, o ato expropriatório de alienação em hasta pública será precedido de edital que conterà obrigatoriamente

- A) a descrição e o valor do bem penhorado, com suas características, além do local, dia e hora de realização do leilão; menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre o bem a ser arrematado.
- B) a descrição e o valor do bem penhorado, com suas características, a situação de divisas, com remissão à matrícula e aos registros, bem como o dia e hora de realização da praça, além da menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre o bem e comunicação de que o bem, se não alcançar lance superior à avaliação, será alienado, entre os 10 e 20 dias seguintes, pelo maior lance.
- C) a descrição e o valor do bem penhorado, com suas características, além do local, dia e hora de realização do leilão, com remissão à matrícula e aos registros; menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre o bem a ser arrematado e comunicação de que o bem, se não alcançar lance superior à avaliação, será alienado, entre os 10 e 20 dias seguintes, pelo maior lance.
- D) a descrição e o valor do bem penhorado, com suas características, a situação de divisas, com remissão à matrícula e aos registros, bem como o dia e hora de realização da praça, além da menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre o bem a ser arrematado.

Questão 49

Em regra, compete à parte autora o adiantamento das despesas relativas aos atos do processo (art. 19 do CPC), salvo se a mesma estiver sob o pálio da justiça gratuita. Contudo, pode a parte contrária impugnar o benefício de assistência judiciária, apresentando o incidente de impugnação à justiça gratuita:

- I. no curso da ação e juntamente com a contestação.
- II. em preliminar, no prazo da contestação.
- III. no prazo de resposta e em peça autônoma.
- IV. no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com a contestação.

Diante do exposto, podemos concluir que completa(m) **corretamente** o enunciado

- A) apenas a afirmativa II.
- B) apenas as afirmativas II, III e IV.
- C) todas as afirmativas.
- D) nenhuma das afirmativas.

Questão 50

Assinale o prazo para interposição dos embargos do devedor.

- A) 10 dias
- B) 05 dias
- C) 15 dias
- D) 30 dias

➤ DIREITO PENAL

Questão 51

Amanso casou-se com Amélia, ocultando-lhe impedimento grave o suficiente para causar a nulidade absoluta do ato. Tal impedimento consistia na existência de um casamento anterior, ou seja, Amanso já era casado e, no processo de habilitação para o casamento com Amélia, declarou, falsamente, que era solteiro.

A responsabilidade penal de Amanso será

- A) pelos crimes de falsidade ideológica e bigamia, em concurso formal.
- B) pelo crime de induzimento a erro essencial.
- C) pelo crime de bigamia, aplicando-se o princípio da consunção.
- D) pelo crime de ocultação de impedimento.

Questão 52

A norma relativa ao delito previsto no artigo 239 do CP (simulação de casamento) prevê em seu próprio corpo a aplicação da sanção cominada caso o fato não constitua crime mais grave (preceito sancionador da disposição: pena tal, “se o fato não constitui elemento de crime mais grave”).

Essa peculiaridade caracteriza a simulação de casamento como um delito

- A) subsidiário.
- B) conexo.
- C) de conexão consequencial.
- D) de fato transeunte.

Questão 53

O Dec.-Lei n. 201/67 define os chamados crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais e as infrações político-administrativas, revelando-se de fundamental importância a distinção das duas condutas, em face da diversidade do processamento e da competência para o julgamento.

Nesse diapasão, assinale a alternativa que corresponda à conduta consistente em crime dos prefeitos municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores:

- A) Desatender, sem justo motivo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
- B) Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores.
- C) Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- D) Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária.

Questão 54

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Segundo o que preceitua a Lei n. 9.605/98 (crimes ambientais), as penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

- A) execução de obras de recuperação de áreas degradadas e manutenção de espaços públicos.
- B) suspensão parcial ou total de atividades.
- C) interdição temporária de estabelecimentos, obras ou atividades.
- D) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídio, subvenções ou doações.

Questão 55

Sobre o instituto da prescrição, que confere segurança jurídica ao cidadão, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Nos crimes de bigamia e nos de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, antes de transitar em julgado a sentença final, a prescrição começa a correr da data do recebimento da denúncia.
- B) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada com base na pena *in abstractum* prevista para o crime.
- C) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
- D) Na sentença em que a pena de multa for a única aplicada, a prescrição ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 56

Considerando o procedimento penal nos crimes falimentares (Lei n. 11.101/2005), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A ação penal poderá ser intentada por denúncia do Ministério Público ou, na ação privada, por queixa do liquidatário ou de qualquer credor habilitado por sentença passada em julgado.
- B) Recebida a denúncia ou a queixa, o juiz determina a citação do acusado para responder aos termos da acusação, por escrito, no prazo de dez dias.
- C) Intimado da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial, o Ministério Público, verificando a ocorrência de crime falimentar, promoverá imediatamente a competente ação penal ou, se entender necessário, requisitará a abertura de inquérito policial.
- D) O prazo para o oferecimento da denúncia é de cinco dias para réu preso e de 15 dias para acusado solto, salvo se o Ministério Público, estando o réu solto ou afiançado, decidir aguardar a apresentação da exposição circunstanciada pelo Administrador Judicial, devendo, em seguida, oferecer a denúncia em 15 dias.

Questão 57

Considerando o que preconiza a Lei n. 9.034/95 (crime organizado), em seu art. 2º, assinale a alternativa **INCORRETA**.

Art. 2º Em qualquer fase da persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas:

- A) a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a elas vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
- B) o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeira e eleitorais, que poderá ser feito pessoalmente pelo juiz, caso ocorra possibilidade de violação de sigilo preservado pela Constituição ou por lei, adotando-se, nessa hipótese, o mais rigoroso segredo de justiça.
- C) a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, com autorização do Ministério Público, quando presidindo as investigações, mediante posterior e circunstanciada comunicação judicial.
- D) a infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial.

Questão 58

Sobre a participação do assistente no processo penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O assistente será admitido enquanto não proferida a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- B) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente, ouvido o Ministério Público.
- C) O juiz, ouvido o Ministério Público, decidirá acerca da realização das provas propostas pelo assistente.
- D) Da decisão que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso em sentido estrito.

Questão 59

A respeito dos procedimentos e demais disposições adotadas nas hipóteses de crimes previstos na Lei n. 11.340/2006 (violência doméstica), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a Lei n. 11.340/06, só será admitida a renúncia à representação perante o Juiz, e ouvido o Ministério Público, quando requerida após o recebimento da denúncia.
- B) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- C) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- D) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n. 9.099/95.

Questão 60

No que concerne ao instituto da *Competência*, no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- B) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- C) Quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela continência.
- D) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

➤ DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 61

Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- B) À União compete instituir imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- C) Aos Municípios compete instituir impostos sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos.
- D) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

Questão 62

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo indevidamente pago prescreve em cinco anos.
- B) A conversão do depósito em renda é modalidade de extinção do crédito tributário.
- C) A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento do tributo, nas condições que estabeleça.
- D) A moratória pode ser concedida em caráter geral pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.

Questão 63

Considerando o disposto na Lei Estadual n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É permitido ao Notário e ao Registrador cobrar acréscimo por serviço de urgência ou plantão.
- B) É permitido ao Notário e ao Registrador cobrar importância a título de despesa com serviço de despachante.
- C) Correrá por conta do serviço notarial ou de registro competente a despesa com a publicação de edital pela imprensa.
- D) É vedado ao Notário e ao Registrador conceder desconto remuneratório de emolumentos ou de valores da Taxa de Fiscalização Judiciária.

Questão 64

Considerando as Súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade do crédito tributário.
- B) É inconstitucional a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS – sobre operações de locação de bens móveis.
- C) Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS.
- D) Os Estados e o Distrito Federal são partes ilegítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores.

Questão 65

Considerando as normas relativas à extinção do crédito tributário presentes no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- B) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo ao erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato.
- C) A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- D) A prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário se interrompe por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Questão 66

A respeito da fiscalização judiciária prevista na Lei Estadual n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A fiscalização judiciária relacionada com a prática dos atos de registro pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais será exercida pela Corregedoria-Geral de Justiça ou pelo Juiz de Direito Diretor do Foro, e pelo Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL –, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público ou do interessado.
- B) A imposição de multa ao Notário ou Registrador que deixa de fornecer recibo circunstanciado dos emolumentos cobrados dispensa a instauração de processo administrativo disciplinar.
- C) Na hipótese de recebimento de valor indevido ou em excesso, o Notário ou Registrador fica obrigado a restituir ao interessado o dobro da quantia irregularmente recebida.
- D) O uso do selo de fiscalização é facultado aos serviços notariais e de registro.

Questão 67

A respeito da normatização constitucional do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) À lei ordinária cabe definir os contribuintes do imposto e dispor sobre substituição tributária.
- B) O imposto incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- C) O imposto será não cumulativo, compensando-se, em qualquer hipótese, até setenta por cento do que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- D) Resolução da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Deputados ou Senadores, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

Questão 68

Em relação à aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, conforme previsto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Aplica-se a lei a ato ou fato pretérito quando, tratando-se de ato não definitivamente julgado, haja cominação de penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
- B) Interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenção.
- D) Poderá resultar o emprego da equidade na dispensa do pagamento de tributo devido.

Questão 69

As seguintes alternativas são concernentes a integrantes da comissão gestora responsável pela gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos e à complementação de receita às serventias deficitárias, de acordo com a Lei Estadual n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004, **EXCETO**

- A) representante indicado pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais – ANOREG.
- B) representante indicado pela Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de Minas Gerais – SERJUS.
- C) representante indicado pela Corregedoria-Geral de Justiça.
- D) representante indicado pelo Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais – SINOREG.

Questão 70

Considerando as normas relativas à responsabilidade tributária presentes no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- B) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis se sub-rogam na pessoa dos respectivos adquirentes, mesmo na hipótese de constar do título a prova da quitação.
- C) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data do julgamento da partilha ou adjudicação.
- D) Os mandatários, os prepostos e os empregados não são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.

Questão 71

Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, conforme previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) À União é permitido, em caráter excepcional, cobrar tributo em relação a fato gerador ocorrido antes do início da vigência da lei que o houver instituído ou aumentado.
- B) A vedação ao estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, implica a inconstitucionalidade da cobrança de pedágio pela utilização de vias públicas conservadas pelo Poder Público.
- C) Da chamada noventena constitucional, que proíbe a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, decorre a autorização para a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Questão 72

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
- B) A solidariedade tributária comporta o benefício de ordem.
- C) O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- D) O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Questão 73

Considerando as normas relativas ao domicílio tributário presentes no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na falta de eleição, considera-se como domicílio tributário, quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- B) Na falta de eleição, considera-se como domicílio tributário, quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- C) Na falta de eleição, considera-se como domicílio tributário, quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- D) À autoridade administrativa é vedado recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte ou responsável.

➤ DIREITO COMERCIAL

Questão 74

Tratando-se de título emitido em moeda estrangeira fora do Brasil,

- A) o Tabelião deverá recusar sua apresentação para protesto na falta de tradução juramentada do documento.
- B) o pagamento poderá ser efetuado em moeda estrangeira para garantir a atualização do valor.
- C) o Tabelião poderá aceitar a tradução promovida pelo apresentante desde que comprove o domínio da língua em que se encontra escrito o título.
- D) o Tabelião deverá calcular a atualização do valor na data do pagamento.

Questão 75

Serão inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, entre outros,

- A) os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos, das sociedades anônimas e associações com fins religiosos.
- B) os contratos, os atos constitutivos das fundações, das associações de utilidade pública, das sociedades de advogados e das empresas de radiodifusão.
- C) os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis bem como os das fundações e das associações de utilidade pública.
- D) os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis bem como das associações com objetivo de promoção de sorteios de números para premiação em dinheiro.

Questão 76

Analise as seguintes afirmativas.

- I. Empresários são aqueles que praticam atividade econômica organizada ou não para a produção, transformação ou circulação de bens e prestação de serviços visando lucro.
- II. Aquele que é impedido de exercer atividade empresarial e, mesmo assim, se encarrega de exercê-la estará desenvolvendo atividade irregular, podendo sofrer sanções. Porém, os atos por ele praticados não são nulos, tendo validade perante terceiros, devendo o impedido responder pelas obrigações contraídas.
- III. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.
- IV. O Livro de Registro de Duplicatas será obrigatório sempre que o empresário adotar o regime de vendas com prazo superior a 30 dias.

A partir da análise, podemos concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I, III, IV.
- B) apenas as afirmativas I, II, III.
- C) apenas as afirmativas II, III, IV.
- D) apenas as afirmativas I, II, IV.

Questão 77

Analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.
- () Estarão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial todos os credores existentes na data do pedido de recuperação, mesmo que de créditos não vencidos.
- () Os meios de recuperação judicial existentes encontram-se, na sua totalidade, elencados na Lei de Recuperação e Falência.
- () Cabe recurso de apelação da decisão que conceder a recuperação judicial a uma sociedade empresária.
- () O prazo para apresentação do plano de recuperação é de 60 dias, sendo vedada sua prorrogação em qualquer hipótese.
- () O prazo para apresentação de objeções ao plano de recuperação é de 15 dias, contados do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (V) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V) (F) (F)
- C) (F) (F) (V) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F) (F) (V) (F)

Questão 78

O prazo para requerimento de registro das sociedades determinado pelo Código Civil deverá ocorrer

- A) nos 30 dias subsequentes à assinatura do contrato pelos sócios em que conste a participação de cada um nos lucros e nas perdas.
- B) nos 15 dias após o início da atividade comercial ou prestação de serviços objeto da sociedade.
- C) nos 30 dias anteriores à assinatura do contrato pelos sócios em que conste a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas.
- D) nos 15 dias anteriores ao início do funcionamento das atividades empresárias objeto do contrato.

Questão 79

Com relação ao cheque, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) O cheque só pode ser executado após devidamente protestado.
- B) O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa à *ordem*, não é transmissível por via de endosso.
- C) A ação de execução do cheque pode ser promovida contra o emitente e seu avalista.
- D) O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula não à *ordem*, ou outra equivalente, não é transmissível.

Questão 80

Para constituir uma fundação, o instituidor deve destinar bens livres suficientes para a consecução de seus objetivos.

Diante dessa afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O estatuto deverá ser submetido ao órgão do Ministério Público, que verificará se foram observadas as bases da fundação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.
- B) O Ministério Público poderá denegar a aprovação do estatuto da fundação.
- C) Ao Ministério Público incumbirá elaborar o estatuto quando o instituidor não o elaborar nem nomear quem o faça.
- D) Caberá ao Ministério Público elaborar o estatuto quando a pessoa indicada não o fizer no prazo estipulado pelo instituidor ou, na falta de prazo previsto, em três meses.

Questão 81

Segundo a Lei n. 15.424/04, Lei de Emolumentos do Estado de Minas Gerais,

- A) os valores devidos a título de emolumentos serão pagos pelo usuário ao final da prestação do serviço.
- B) os valores dos emolumentos serão pagos pelo interessado que solicitar o ato, no seu requerimento ou na apresentação do título.
- C) as despesas postais e publicações sempre poderão ser cobradas dos usuários separadamente aos emolumentos.
- D) após o pagamento inicial, não poderão ser cobrados novos emolumentos sob pena de anulação do ato a ser praticado.

Questão 82

João comparece ao Tabelionato de Protestos objetivando pagar um título e apresenta ao Tabelião os atos constitutivos da empresa de sua titularidade, João da Silva ME.

Diante de tal situação,

- A) o Tabelião oferecerá a isenção dos serviços em razão da comprovação de tratar-se de microempresa.
- B) o Tabelião acrescentará aos emolumentos as taxas referentes ao fundo de custeio dos atos gratuitos.
- C) não incidirão sobre os emolumentos quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal.
- D) os emolumentos serão cobrados de acordo com as tabelas previstas para o serviço sem aplicação de qualquer benefício ou isenção.

Questão 83

NÃO é vedado ao estrangeiro no Brasil:

- A) ser proprietário de empresa jornalística de qualquer espécie e de empresas de televisão e de radiodifusão, ser sócio ou acionista de sociedade proprietária dessas empresas.
- B) participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.
- C) ser responsável, orientador intelectual ou administrativo de empresas jornalísticas de qualquer espécie e de empresas de televisão e de radiodifusão.
- D) associar-se para fins culturais, religiosos, recreativos, beneficentes ou de assistência, filiar-se a clubes sociais e desportivos e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participar de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

Questão 84

Analise as seguintes afirmativas a respeito dos Títulos de Crédito.

- I. A letra de câmbio é um título de crédito pelo qual determinada pessoa emite uma ordem de pagamento a outra para pagar certa quantia a um terceiro.
- II. O endosso é o ato por meio do qual ocorre a transferência do direito mencionado no título a uma terceira pessoa. Por meio do endosso, o endossante se responsabiliza solidariamente pelo pagamento da cártula.
- III. Não é necessário constar a denominação *cheque* expressa no contexto do título.
- IV. A duplicata poderá se referir a mais de uma fatura e ainda a diversas datas de vencimento.

A partir da análise, podemos concluir que está(ão) **CORRETA(S)**

- A) apenas a afirmativa I.
- B) apenas as afirmativas I e II.
- C) apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) todas as afirmativas.

Questão 85

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros independentemente do regime de bens adotado para o casamento.
- B) O empresário casado pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, sem necessidade de outorga conjugal desde que o regime de bens do casamento seja o da comunhão universal.
- C) Os pactos e declarações antenupciais do empresário, a título de doação, herança ou legado de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade, serão arquivados apenas no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- D) Os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros desde que casados pelo regime de comunhão parcial de bens ou tenham optado pelo regime de separação de bens.

Questão 86

Para o registro das pessoas jurídicas, o Oficial do Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas deverá

- A) lançar nas duas vias do estatuto, contrato ou compromisso apresentadas, mediante petição do representante legal da sociedade, a certidão do registro com o número de ordem, livro e folha.
- B) verificar a veracidade das informações constantes do estatuto, contrato ou compromisso apresentados e emitir a certidão do registro com o número de ordem, livro e folha, numerando as folhas do documento.
- C) lançar na via do estatuto, contrato ou compromisso, destinada ao representante legal da sociedade, a certidão do registro com o número de ordem, livro e folha.
- D) lançar nas duas vias do estatuto, contrato ou compromisso apresentadas, mediante petição do representante legal da sociedade, a certidão do registro com o número de ordem, livro e folha, rubricando as folhas do documento.

Questão 87

Euclides e Adhemar são sócios em uma sociedade simples na cidade de Belo Horizonte/MG desde 1998. Com o crescimento da demanda e clientela, resolvem abrir uma filial na cidade de Boa Esperança/MG. Para atender as exigências legais previstas para a criação de filial, deverão

- A) averbar a instituição da filial no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade em que se encontrar a matriz que comunicará ao Serviço de Registro da circunscrição do local da filial para registro.
- B) inscrever a filial no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Boa Esperança apresentando prova da inscrição no mesmo serviço da cidade onde se encontra a matriz que será comunicado pelo primeiro a respeito da inscrição da filial.
- C) averbar antes a instituição da filial no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade em que se encontrar a matriz e requerer a inscrição no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Boa Esperança.
- D) inscrever a filial no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Boa Esperança, apresentando prova da inscrição no mesmo serviço da cidade onde se encontra a matriz e averbar a criação da filial no Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Belo Horizonte.

Questão 88

NÃO tem direito ao plano de recuperação judicial da Lei n. 11.101/2005 o devedor

- A) que obteve concessão de recuperação judicial há menos de cinco anos.
- B) não falido e, se tiver sido, estarem extintas suas responsabilidades.
- C) que exercer atividade regular há mais de dois anos.
- D) que não foi condenado por crime falimentar.

➤ DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 89

O fato de uma decisão administrativa criar para o administrado obrigações e possibilitar a execução imediata tem relação direta com

- A) o princípio da supremacia do interesse público.
- B) o princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade.
- C) o princípio da legalidade.
- D) o princípio da eficiência.

Questão 90

São elementos do ato administrativo:

- A) sujeito, objeto, forma, finalidade e motivo.
- B) agente capaz, objeto lícito e possível, forma prescrita ou não defesa em lei.
- C) sujeito, objeto, forma, finalidade e motivação.
- D) agente capaz, objeto lícito e necessário, forma e possibilidade.

Questão 91

Sobre a aposentadoria do servidor público, nos termos da Constituição da República, analise os seguintes enunciados.

- I. Por invalidez permanente, será concedida com proventos integrais em quaisquer circunstâncias.
- II. Voluntária do servidor ocupante de cargo comissionado, exclusivamente, obedecerá ao Regime Próprio de Previdência.
- III. Por invalidez permanente, será concedida com proventos integrais apenas em alguns casos.
- IV. Voluntária do servidor ocupante de cargo comissionado, exclusivamente, obedecerá ao Regime Geral de Previdência.

A partir da análise, podemos afirmar que estão **CORRETOS**

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens III e IV.
- C) apenas os itens I e III.
- D) apenas os itens II e IV.

Questão 92

O valor do benefício da pensão por morte será igual à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso aposentado na data do óbito.

A situação descrita se aplica

- A) aos beneficiários cujo instituidor do benefício tenha falecido antes de 15/12/1998.
- B) aos beneficiários cujo instituidor do benefício tenha falecido antes de 19/12/2003.
- C) aos beneficiários cujo instituidor do benefício tenha falecido antes da vigência da Constituição da República de 1988.
- D) aos beneficiários cujo instituidor do benefício tenha falecido depois de 19/12/2003.

Questão 93

Acerca do concurso público e da acessibilidade aos cargos públicos, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A limitação etária será suficiente se prevista em lei.
- () O acesso, enquanto provimento, foi recepcionado pela Constituição da República.
- () O psicotécnico pode ser exigido, quando houver previsão legal.
- () O diploma ou a habilitação legal deve ser exigido no instante da inscrição para o concurso.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F) (V)
- B) (F) (F) (V) (F)
- C) (F) (V) (F) (F)
- D) (V) (V) (V) (F)

➤ DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 94

Quanto à possibilidade de a Constituição da República de 1988 ser emendada, analise as seguintes proposições e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- () Mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- () Mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- () Mediante proposta da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (V) (V) (F) (F)

Questão 95

Sobre o devido processo legal (art. 5º, LIV da Constituição da República), é **INCORRETO** afirmar

- A) que é um princípio que consubstancia vários outros princípios, os quais podem ser reunidos em um único grupo, denominado garantias processuais.
- B) que a incursão sobre os bens e os direitos só é legítima quando respeitado um processo legal, no qual haja sido proferida uma decisão razoável ou proporcional.
- C) que é um princípio que consubstancia vários outros princípios, os quais podem ser reunidos em dois grupos, um de garantias processuais e outro de garantias materiais.
- D) que a privação dos bens e dos direitos só é legítima quando permear, tanto o aspecto procedimental, quanto o aspecto substancial do devido processo.

Questão 96

Analise os enunciados seguintes.

- I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- II. Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- III. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- IV. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos do Poder Executivo.

Quanto aos enunciados apresentados, a análise permite concluir que

- A) I e II são falsos.
- B) II e III são verdadeiros.
- C) III e IV são falsos.
- D) I e III são verdadeiros.

Questão 97

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo

- A) um juiz estadual indicado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).
- B) um advogado indicado pelo CF (Conselho Federal) da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).
- C) um juiz federal indicado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).
- D) um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada indicado pelo Congresso Nacional.

Questão 98

Nos termos da Constituição da República de 1988, os seguintes direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foram estendidos expressamente aos servidores públicos, **EXCETO**

- A) a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- B) o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- C) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- D) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

➤ **CONHECIMENTOS GERAIS**

Questão 99

Quais foram os principais autores da primeira constituição republicana do Brasil?

- A) Afonso Pena e Rui Barbosa
- B) Prudente de Moraes e Rui Barbosa
- C) João Goulart e Julio Prestes
- D) Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto

Questão 100

Qual das constituições brasileiras foi conhecida como a Constituição da Polaca?

- A) Constituição de 1824
- B) Constituição de 1891
- C) Constituição de 1934
- D) Constituição de 1937

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	35	A	B	C	D	69	A	B	C	D
02	A	B	C	D	36	A	B	C	D	70	A	B	C	D
03	A	B	C	D	37	A	B	C	D	71	A	B	C	D
04	A	B	C	D	38	A	B	C	D	72	A	B	C	D
05	A	B	C	D	39	A	B	C	D	73	A	B	C	D
06	A	B	C	D	40	A	B	C	D	74	A	B	C	D
07	A	B	C	D	41	A	B	C	D	75	A	B	C	D
08	A	B	C	D	42	A	B	C	D	76	A	B	C	D
09	A	B	C	D	43	A	B	C	D	77	A	B	C	D
10	A	B	C	D	44	A	B	C	D	78	A	B	C	D
11	A	B	C	D	45	A	B	C	D	79	A	B	C	D
12	A	B	C	D	46	A	B	C	D	80	A	B	C	D
13	A	B	C	D	47	A	B	C	D	81	A	B	C	D
14	A	B	C	D	48	A	B	C	D	82	A	B	C	D
15	A	B	C	D	49	A	B	C	D	83	A	B	C	D
16	A	B	C	D	50	A	B	C	D	84	A	B	C	D
17	A	B	C	D	51	A	B	C	D	85	A	B	C	D
18	A	B	C	D	52	A	B	C	D	86	A	B	C	D
19	A	B	C	D	53	A	B	C	D	87	A	B	C	D
20	A	B	C	D	54	A	B	C	D	88	A	B	C	D
21	A	B	C	D	55	A	B	C	D	89	A	B	C	D
22	A	B	C	D	56	A	B	C	D	90	A	B	C	D
23	A	B	C	D	57	A	B	C	D	91	A	B	C	D
24	A	B	C	D	58	A	B	C	D	92	A	B	C	D
25	A	B	C	D	59	A	B	C	D	93	A	B	C	D
26	A	B	C	D	60	A	B	C	D	94	A	B	C	D
27	A	B	C	D	61	A	B	C	D	95	A	B	C	D
28	A	B	C	D	62	A	B	C	D	96	A	B	C	D
29	A	B	C	D	63	A	B	C	D	97	A	B	C	D
30	A	B	C	D	64	A	B	C	D	98	A	B	C	D
31	A	B	C	D	65	A	B	C	D	99	A	B	C	D
32	A	B	C	D	66	A	B	C	D	100	A	B	C	D
33	A	B	C	D	67	A	B	C	D					
34	A	B	C	D	68	A	B	C	D					

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.